

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Demonstrações financeiras
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2011
e relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro - CEG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Companhia Distribuidora de
Gás do Rio de Janeiro - CEG

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

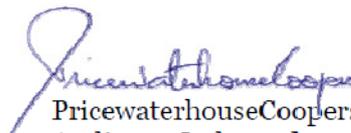
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

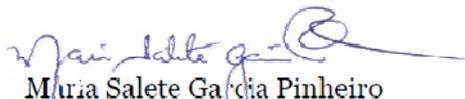
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Muria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.807	95.483	Fornecedores (Nota 19)	198.799	250.087
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)		2.060	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	40	958
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	343	2	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	213.374	317.210
Contas a receber de clientes (Nota 9)	299.166	310.517	Obrigações trabalhistas	6.940	6.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(37.198)	(28.099)	Tributos a recolher (Nota 21)	82.410	79.525
Tributos a recuperar (Nota 10)	9.932	7.225	Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	11.054	9.610
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 12)	1.429	1.308	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 12)	74	43
Adiantamentos a fornecedores	717	2.789	Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 23.2 (b))	59.771	29.648
Cessão de crédito	381		Demais contas a pagar	4.490	3.699
Demais contas a receber (Nota 13)	21.672	21.573			
Estoques	1.581	1.289			
Despesas antecipadas	1.833	3.222			
	<u>348.663</u>	<u>417.369</u>		<u>576.952</u>	<u>697.719</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)		149
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)		467	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	282.681	355.437
Ativos fiscais diferidos (Nota 11)	97.337	105.802	Tributos a recolher (Nota 21)	2.558	20.628
Tributos a recuperar (Nota 10)	39.194	45.399	Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	138.028	117.876
Demais contas a receber (Nota 13)	30.720	48.972	Provisão para contingências (Nota 25)	57.515	66.926
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920	Demais contas a pagar	2.364	45
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 14)	(920)	(920)		<u>483.146</u>	<u>561.061</u>
Depósitos judiciais (Nota 15)	59.178	47.885	Total do passivo	<u>1.060.098</u>	<u>1.258.780</u>
Outros realizáveis a longo prazo (Nota 16)	831	1.975			
	<u>227.260</u>	<u>250.500</u>	Patrimônio líquido (Nota 23)		
Investimentos	380	380	Capital social	353.617	341.787
Intangível (Nota 17)	1.195.635	1.142.937	Reserva de capital	2.194	2.194
Diferido (Nota 18)	156.078	198.157	Reservas de lucros	545.512	419.666
	<u>1.579.353</u>	<u>1.591.974</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(33.405)	(13.084)
Total do ativo	<u>1.928.016</u>	<u>2.009.343</u>	Total do patrimônio líquido	<u>867.918</u>	<u>750.563</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.928.016</u>	<u>2.009.343</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita líquida (Nota 26)		
Venda de gás	2.187.937	2.186.599
Contratos de construção	88.765	58.146
Outras receitas	27.351	18.900
	<u>2.304.053</u>	<u>2.263.645</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(1.434.917)	(1.530.865)
Custo dos contratos de construção	(88.765)	(58.146)
Pessoal	(76.264)	(71.371)
Utilidades, materiais e serviços	(16.677)	(16.906)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 28)	(120.407)	(137.353)
Amortizações do intangível e diferido	(98.556)	(100.422)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 24)	(4.894)	3.633
Outras, líquidas (Nota 29)	(34.348)	48.437
	<u>(1.874.828)</u>	<u>(1.862.993)</u>
Lucro operacional	<u>429.225</u>	<u>400.652</u>
Resultado financeiro (Nota 30)		
Receitas financeiras	32.904	19.580
Despesas financeiras	(100.490)	(101.840)
	<u>(67.586)</u>	<u>(82.260)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.639	318.392
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)		
Do exercício	(98.261)	(93.317)
Diferidos	(11.711)	4.968
	<u>(110.972)</u>	<u>(88.349)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>251.667</u>	<u>230.043</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>51.927.546</u>	<u>51.927.546</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>4,84</u>	<u>4,43</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	251.667	230.043
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial de fundo de pensão (Nota 24)	(20.321)	(14.321)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(20.321)	(14.321)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>231.346</u>	<u>215.722</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 23.2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 23.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	264.451	2.194	350.450	1.237		618.332
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					230.043	230.043
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos					(14.321)	(14.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(14.321)	14.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(14.321)	230.043	215.722
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	77.336		(77.336)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(53.843)		(29.648)	(83.491)
Transferência entre reservas			200.395		(200.395)	
Total das contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas	77.336		69.216		(230.043)	(83.491)
Em 31 de dezembro de 2010	341.787	2.194	419.666	(13.084)		750.563

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

(continuação)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 23.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	341.787	2.194	419.666	(13.084)		750.563
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					251.667	251.667
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos					(20.321)	(20.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(20.321)	20.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(20.321)	251.667	231.346
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	11.830		(11.830)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(54.220)		(59.771)	(113.991)
Transferência entre reservas			191.896		(191.896)	
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	11.830		125.846		(251.667)	(113.991)
Em 31 de dezembro de 2011	353.617	2.194	545.512	(33.405)		867.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>361.639</u>	<u>318.392</u>
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	98.556	100.422
Resultado na baixa do intangível	285	(8.410)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>65.246</u>	<u>85.069</u>
	525.726	495.473
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	11.351	(121.139)
Tributos a recuperar e diferidos	110.887	105.700
Estoques	(292)	(16)
Créditos restituíveis	(381)	27.641
Outros ativos	11.465	(16.294)
Fornecedores	(51.288)	55.741
Obrigações trabalhistas	1	607
Tributos a recolher	(128.367)	(113.749)
Partes relacionadas	(90)	(1.428)
Obrigações com fundo de pensão	1.275	3.745
Outros passivos	<u>3.110</u>	<u>(4.277)</u>
	<u>(42.329)</u>	<u>(63.469)</u>
Caixa proveniente das operações	<u>483.397</u>	<u>432.004</u>
Juros pagos	(74.420)	(62.763)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(95.714)	(121.342)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	<u>(5.336)</u>	<u>(4.451)</u>
	<u>(175.470)</u>	<u>(188.556)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>307.927</u>	<u>243.448</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(109.686)	(71.564)
Recebimento de venda de ativo intangível	226	10.710
Aplicações financeiras	<u>2.060</u>	<u>4.570</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(107.400)</u>	<u>(56.284)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(358.703)	(210.620)
Ingressos de empréstimo	190.032	172.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<u>(78.532)</u>	<u>(103.236)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(247.203)</u>	<u>(141.856)</u>
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(46.676)	45.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	<u>95.483</u>	<u>50.175</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	<u><u>48.807</u></u>	<u><u>95.483</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	2.818.708	2.733.706
Outras receitas operacionais	11.078	23.280
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(11.688)	(7.086)
	<u>2.818.098</u>	<u>2.749.900</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.523.682)	(1.589.011)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(467.672)	(102.213)
	<u>(1.991.354)</u>	<u>(1.691.224)</u>
Valor adicionado bruto	<u>826.744</u>	<u>1.058.676</u>
Retenções		
Amortização	(98.556)	(100.422)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>728.188</u>	<u>958.254</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.904	19.580
Valor adicionado total a distribuir	<u>761.092</u>	<u>977.834</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	46.110	41.582
Benefícios	13.748	15.094
Honorários da diretoria	4.183	3.635
	<u>64.041</u>	<u>60.311</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	223.034	313.312
Estaduais	110.236	265.263
Municipais	1.595	1.582
	<u>334.865</u>	<u>580.157</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.376	105.532
Aluguéis	2.143	1.791
	<u>110.519</u>	<u>107.323</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	42.566	29.648
Dividendos propostos	196.518	54.220
Lucros retidos	12.583	146.175
	<u>251.667</u>	<u>230.043</u>
Valor adicionado distribuído	<u>761.092</u>	<u>977.834</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.12 e 17).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 26.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 7).

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto os instrumentos derivativos associados à operação de empréstimos de longo prazo, os quais são classificados como ativo não circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(c) Investimentos mantidos até o vencimento

São, basicamente, os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos financeiros contratados pela Companhia são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia não possuía operações em aberto classificadas como "hedge".

A política adotada para a contratação das operações de derivativos está descrita na Nota 4.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado nas Notas 4.3 e 18.

2.8 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.9 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 15).

2.12 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização, o qual representa o direito de cobrar dos usuários pelo serviço de gás durante o período de vigência do contrato de concessão. A amortização é calculada com base na vida-útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, e reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 17).

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 17).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 18).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2011.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 24).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.21 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 9, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 79.257 (R\$ 115.203 em 31 de dezembro de 2010).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 24.468 (R\$ 56.156 em 31 de dezembro de 2010).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(f) Provisão para contingência

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.

(g) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2011, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima e na Nota 20.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Derivativos (Deliberação CVM nº550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Swaps - são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos de "swaps" - curto prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira	5.733	10.895	5.683	10.899						
Posição passiva										
Variação do CDI	5.391	11.429	5.380	11.855	343	2	40	958		(210)
Contratos de swap - longo prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira		5.268		5.170						
Posição passiva										
Variação do CDI		5.379		4.814		467		149		

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2011), segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverá ser divulgada as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Cambial	Instrumentos financeiros derivativos - "Swap"			
	Despesa financeira	(54)	(68)	(81)
	Receita financeira	(993)	(1.242)	(1.490)
		<u>(1.047)</u>	<u>(1.310)</u>	<u>(1.571)</u>
CDI	Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos			
	Despesa financeira	(66.723)	(83.404)	(100.085)
	Receita financeira	4.020	5.026	6.031
		<u>(62.703)</u>	<u>(78.378)</u>	<u>(94.054)</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 9. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	198.799			
Empréstimos e financiamentos	225.594	191.890	147.059	26.936
Contas a pagar - assunção de dívida	11.389	8.731	27.821	
Contas a pagar - partes relacionadas	74			
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	250.087			
Empréstimos e financiamentos	352.885	157.277	324.538	3.782
Contas a pagar - assunção de dívida	9.709	8.022	25.441	9.582
Contas a pagar - partes relacionadas	43			

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	496.055	672.647
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(48.807)</u>	<u>(95.483)</u>
Dívida líquida	447.248	577.164
Total do patrimônio líquido	<u>867.918</u>	<u>750.563</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u><u>1.315.166</u></u>	<u><u>1.327.727</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	34	43

A redução no índice de alavancagem financeira em 2011 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2011. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2011			2010		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	48.807	213.374	(164.567)	97.543	317.210	(219.667)
Não circulante		282.681	(282.681)		355.437	(355.437)
	<u>48.807</u>	<u>496.055</u>	<u>(447.248)</u>	<u>97.543</u>	<u>672.647</u>	<u>(575.104)</u>

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A Companhia contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 20).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

(d) Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

As operações da Companhia que estão mensuradas ao valor justo referem-se aos instrumentos financeiros derivativos, os quais não são negociados em mercados ativos. O valor justo desses instrumentos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação (nível 2). Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade (vide Nota 4.1(a)(iii)).

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		343	343
Contas a receber de clientes	299.166		299.166
Caixa e equivalentes de caixa	48.807		48.807
Depósitos Judiciais	59.178		59.178
	<u>407.151</u>	<u>343</u>	<u>49.150</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		496.055	496.055
Instrumentos financeiros derivativos	40		40
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		198.799	198.799
	<u>40</u>	<u>694.854</u>	<u>694.894</u>
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	
	Empréstimos e recebíveis		Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		469	469
Contas a receber de clientes	310.517		310.517
Caixa e equivalentes de caixa	95.483		95.483
Depósitos Judiciais	47.885		47.885
	<u>453.885</u>	<u>469</u>	<u>454.356</u>
		Passivos ao valor justo por meio do resultado	
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		672.647	672.647
Instrumentos financeiros derivativos	1.107		1.107
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		250.087	250.087
	<u>1.107</u>	<u>922.734</u>	<u>924.799</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 777.757 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	18.419	19.581
Aplicação de liquidez imediata - CDB	<u>30.388</u>	<u>75.902</u>
	<u><u>48.807</u></u>	<u><u>95.483</u></u>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A Companhia concentra suas operações financeiras em instituições da primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa.

8 Títulos e valores mobiliários

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mantidas até o vencimento		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs mantidos até o vencimento (Circulante)	<u><u> </u></u>	<u><u>2.060</u></u>

Essa aplicação está atrelada às operações de empréstimos e financiamentos, e não atende aos critérios de caixa e equivalente de caixa. Com o fim das operações de empréstimos a ela atreladas, houve o resgate total da aplicação.

9 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	206.570	182.644
Do setor público	<u>7.766</u>	<u>7.963</u>
	<u>214.336</u>	<u>190.607</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	76.836	112.782
Do setor público	<u>2.421</u>	<u>2.421</u>
	<u>79.257</u>	<u>115.203</u>
Vendas de equipamentos	<u>5.573</u>	<u>4.707</u>
	<u>299.166</u>	<u>310.517</u>

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação, as tarifas foram atualizadas em janeiro de 2010, pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77%, respectivamente.

Em janeiro de 2011, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
A vencer		
Faturado	158.243	111.059
Não faturado	79.257	115.203
Vencidas		
Até três meses	21.837	50.442
De três a seis meses	7.483	5.714
Acima de seis meses	<u>32.346</u>	<u>28.099</u>
	<u>299.166</u>	<u>310.517</u>

A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em 1º de janeiro	28.099	23.740
Provisão para impairment de contas a receber	15.589	20.352
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(6.490)</u>	<u>(15.993)</u>
Em 31 de dezembro	<u>37.198</u>	<u>28.099</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

10 Tributos a recuperar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuição Social (a)	4.766	6.119
ICMS a recuperar (b)	24.413	27.629
Imposto de renda retido na fonte	2.310	1.720
FINSOCIAL (c)	17.242	16.733
Outros	<u>395</u>	<u>423</u>
	<u>49.126</u>	<u>52.624</u>
Circulante	<u>(9.932)</u>	<u>(7.225)</u>
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u>39.194</u>	<u>45.399</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.984 (R\$ 9.414 em 31 de dezembro de 2010), sendo R\$ 2.572 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.412 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 19.810, classificados no longo prazo em 2011, (R\$ 19.956 em 31 de dezembro de 2010) referentes, principalmente, a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso, cuja contrapartida está registrada na conta de fornecedores (Nota 19). Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo e aguarda a sua conclusão. Por representarem pagamentos realizados a maior, não há possibilidade de perda do ativo.
- (c) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 25(a(ii))).

11 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.884	96.726
PIS e COFINS diferidos (*)	4.453	9.076
	<u>97.337</u>	<u>105.802</u>

(*) Incidentes sobre a receita de retroatividade contabilizada em 2009 e revertida em 2010 (Nota 27.4).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações de fundo de pensão	36.559	26.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.039	4.339
Provisão para contingências	19.555	22.755
Mudança de prática - novos CPC's (*)	13.974	30.417
Fornecimento Governo	8.399	7.986
Outras	<u>7.358</u>	<u>4.236</u>
Ativo não circulante	<u>92.884</u>	<u>96.726</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo regulatório (Nota 27.4)	29.728	37.345
Receita de ajuste a valor presente	(739)	(838)
Fundo de pensão CVM 600	(13.959)	(6.090)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	<u>(1.056)</u>	<u> </u>
	<u>13.974</u>	<u>30.417</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Fornecimento governo</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	26.993	4.339	22.755	7.986	30.417	4.236	96.726
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.697	2.700	(3.200)	413	(14.794)	3.122	(11.711)
Creditado (debitado) nos lucros abrangentes	<u>7.869</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>7.869</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>36.559</u>	<u>7.039</u>	<u>19.555</u>	<u>8.399</u>	<u>15.623</u>	<u>7.358</u>	<u>92.884</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2018, conforme demonstrado a seguir:

2012	22.354
2013	27.893
2014	13.850
2015	13.850
2016	13.850
2017	2.770
2018	2.770
	97.337

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12 Contas com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	235	6		18	11.128
CEG Rio S.A.	1.061			10.036	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	74	12		552	
Gás Natural Serviços S.A.	55	56		200	
Gás Natural do Brasil S.A.	4			13	101
	1.429	74		10.819	11.229
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 20)		44.394	166.411		17.311
Em 31 de dezembro de 2011	1.429	44.468	166.411	10.819	28.540
Em 31 de dezembro de 2010	1.308	43.333	151.290	10.400	26.561

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, alugueis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão-de-obra.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e encargos	3.164	2.336
Honorários de diretoria	4.183	3.635
Participação nos lucros	815	465
Planos de aposentadoria e pensão	65	64
Outros benefícios	<u>346</u>	<u>245</u>
	<u>8.573</u>	<u>6.745</u>

13 Demais contas a receber

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Adiantamentos a funcionários	754	822
Cartões corporativos	40	1.325
Outros devedores (i)(ii)	<u>51.598</u>	<u>68.398</u>
	52.392	70.545
Circulante	<u>(21.672)</u>	<u>(21.573)</u>
Não circulante	<u>30.720</u>	<u>48.972</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, a contas a receber junto à CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo em 30 de setembro de 2010, registrando a recuperação dos gastos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", tendo em 31 de dezembro de 2011, registrado no ativo o valor de R\$ 20.775 (R\$ 19.333 em 31 de dezembro de 2010) com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 15.582 (R\$ 33.833 em 31 de dezembro de 2010) com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível está sendo pago em parcelas mensais com vencimento em outubro de 2013, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,5 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

14 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Aplicação em incentivos fiscais	<u>920</u>	<u>920</u>

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia.

15 Depósitos judiciais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ICMS (a)	2.462	2.304
INSS (a)	15.061	14.029
Processo Administrativo - SRF (b)	5.441	5.045
CIDE (c)	7.551	6.807
Penhora Judicial	7.860	5.183
Trabalhistas	19.323	14.248
Outros	<u>1.480</u>	<u>269</u>
	<u>59.178</u>	<u>47.885</u>

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 25(a)).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Outros realizáveis a longo prazo

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caução contratual		34
Despesas Antecipadas	831	1.941
	<u>831</u>	<u>1.975</u>

17 Intangível

	<u>Servidões de passagem</u>	<u>Software</u>	<u>Contrato de concessão</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Intangível em anda- mento (*)</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2010	1.339	17.701	1.106.827	1.125.867	5.511	1.131.378
Aquisição			68.466	68.466	3.099	71.565
Baixa líquida			(2.301)	(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		1.510		1.510	(1.510)	
Amortização	(147)	(7.253)	(50.305)	(57.705)		(57.705)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.192</u>	<u>11.958</u>	<u>1.122.687</u>	<u>1.135.837</u>	<u>7.100</u>	<u>1.142.937</u>
Custo total	3.627	64.587	1.725.603	1.793.817	7.100	1.800.917
Amortização acumulada	(2.435)	(52.629)	(602.916)	(657.980)		(657.980)
Valor residual	<u>1.192</u>	<u>11.958</u>	<u>1.122.687</u>	<u>1.135.837</u>	<u>7.100</u>	<u>1.142.937</u>
Em 1º de janeiro de 2011	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Aquisição			106.847	106.847	2.839	109.686
Baixa líquida			(511)	(511)		(511)
Transferência para intangível em operação		443		443	(443)	
Amortização	(147)	(4.733)	(51.597)	(56.477)		(56.477)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.045</u>	<u>7.668</u>	<u>1.177.426</u>	<u>1.186.139</u>	<u>9.496</u>	<u>1.195.635</u>
Custo total	3.627	65.030	1.831.939	1.900.596	9.496	1.910.092
Amortização acumulada	(2.582)	(57.362)	(654.513)	(714.457)	-	(714.457)
Valor residual	<u>1.045</u>	<u>7.668</u>	<u>1.177.426</u>	<u>1.186.139</u>	<u>9.496</u>	<u>1.195.635</u>
Taxas anuais de amortização (%)	6,7 e 5,0	20	Diversas			

(*) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contratos de concessão											
	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2010	3.892	6.394	405	5.061	4.546	2.660	4.177	999.034	349	1.026.518	80.309	1.106.827
Aquisição	50			471	371	838	513	8.731	125	11.099	57.367	68.466
Baixa líquida	(2.051)	(81)		(108)	(4)	(8)	(16)	(33)		(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		461		19.933		20		45.812		66.226	(66.226)	
Amortização		(472)	(31)	(3.381)	(1.695)	(425)	(1.156)	(42.944)	(201)	(50.305)		(50.305)
Em 31 de dezembro de 2010	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Custo total	1.891	29.669	9.914	106.148	20.170	9.829	10.051	1.465.302	1.179	1.654.153	71.450	1.725.603
Amortização acumulada		(23.367)	(9.540)	(84.172)	(16.952)	(6.744)	(6.533)	(454.702)	(906)	(602.916)		(602.916)
Valor residual	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Em 1º de janeiro de 2011	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Aquisição				1.479	822	412	1.264	11.042	69	15.088	91.759	106.847
Baixa líquida					(5)	(2)	(162)	(342)		(511)		(511)
Transferência para intangível em operação			637					52.446		53.083	(53.083)	
Amortização		(458)	(32)	(3.234)	(1.403)	(460)	(1.218)	(44.601)	(191)	(51.597)		(51.597)
Em 31 de dezembro de 2011	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300	110.126	1.177.426
Custo total	1.891	29.669	10.551	107.627	20.987	10.239	11.153	1.528.448	1.248	1.721.813	110.126	1.831.939
Amortização acumulada		(23.825)	(9.572)	(87.406)	(18.355)	(7.204)	(7.751)	(499.303)	(1.097)	(654.513)		(654.513)
Valor residual	1.891	5.844	979	20.221	2.632	3.035	3.402	1.029.145	151	1.067.300	110.126	1.177.426
Taxas anuais de depreciação (%)		4	3,3 a 20	10 e 20	20	10	20	3,3	Diversas			

A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 7.885 (R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2010) à taxa média de 13,32% (11,35% em 31 de dezembro de 2010).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Diferido

	<u>Conversão</u>	<u>Captação de clientes</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2010	115.437	125.172	265	240.874
Amortização	<u>(22.515)</u>	<u>(20.092)</u>	<u>(110)</u>	<u>(42.717)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>92.922</u>	<u>105.080</u>	<u>155</u>	<u>198.157</u>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	<u>(144.797)</u>	<u>(95.840)</u>	<u>(954)</u>	<u>(241.591)</u>
Valor residual	<u>92.922</u>	<u>105.080</u>	<u>155</u>	<u>198.157</u>
Em 1º de janeiro de 2011	92.922	105.080	155	198.157
Amortização	<u>(21.940)</u>	<u>(20.052)</u>	<u>(87)</u>	<u>(42.079)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>70.982</u>	<u>85.028</u>	<u>68</u>	<u>156.078</u>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	<u>(166.737)</u>	<u>(115.892)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(283.670)</u>
Valor residual	<u>70.982</u>	<u>85.028</u>	<u>68</u>	<u>156.078</u>
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Fornecedores

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
De gás	148.892	199.819
De materiais	7.137	10.833
De serviços	<u>42.770</u>	<u>39.435</u>
	<u>198.799</u>	<u>250.087</u>

20 Empréstimos e financiamentos

A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap (Nota 4) são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	216.541	210.283
Linhas de crédito	<u>279.514</u>	<u>462.364</u>
	<u>496.055</u>	<u>672.647</u>
Total do passivo		
Circulante	213.374	317.210
Não circulante - exigível a longo prazo	<u>282.681</u>	<u>355.437</u>
	<u>496.055</u>	<u>672.647</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data. As operações com derivativos são ajustadas contabilmente com MTM (mark-to-market) dos mesmos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	2011		2010	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Itaú BBA S.A.		100%			13.106	
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	18.712	16.667	54.094	33.333
Banco Bradesco S.A.		100%			16.447	
Banco Safra S.A.		100%			47.527	
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	21.286		29.760	20.800
Banco HSBC S.A.		100%	1.234	50.000	1.204	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.505		31.451	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%		44.394	166.411	42.757	151.290
Banco Santander S.A.		100%	43.101		40.195	
Outros		100%	47.406	49.603	29.647	94.800
			<u>207.638</u>	<u>282.681</u>	<u>306.188</u>	<u>350.223</u>
(b) Em moeda estrangeira						
European Investment Bank - BEI	100%		5.736		10.489	5.214
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%				533	
			<u>5.736</u>		<u>11.022</u>	<u>5.214</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>213.374</u>	<u>282.681</u>	<u>317.210</u>	<u>355.437</u>

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2011 com um custo médio de captação de 103,8 % do CDI (110,6 % - 31 de dezembro de 2010).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial e tem "swap" para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano e recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e tem "swap" para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, e têm, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 115,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012		127.548
2013	163.098	156.586
2014	52.126	39.919
2015	41.714	29.508
2016	11.366	1.876
2017	9.080	
2018	5.297	
	<u>282.681</u>	<u>355.437</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 16.500 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Tributos a recolher

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda a pagar	45.615	52.349
ICMS	16.792	15.789
PIS	1.230	1.314
COFINS	5.667	4.940
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (i)	8.410	17.853
Outros	<u>7.254</u>	<u>7.908</u>
	84.968	100.153
Circulante	<u>(82.410)</u>	<u>(79.525)</u>
Não circulante - Exigível a longo prazo	<u>2.558</u>	<u>20.628</u>

(i) Em 2010, a Companhia confirmou a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e concluiu os estudos para a identificação dos tributos que estavam em discussão a fim de incluí-los no referido programa. A Companhia pretende pagar o referido montante em 11 parcelas mensais. Ver detalhes adicionais na Nota 25(a)(ii).

22 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>361.639</u>	<u>361.639</u>	<u>318.392</u>	<u>318.392</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(90.410)	(32.548)	(79.598)	(28.655)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	10.641	3.831	9.752	3.511
Adições Permanentes	(1.399)	(504)	(1.182)	(425)
Incentivos Fiscais	107		69	
Outros	<u>239</u>	<u>71</u>	<u>6.093</u>	<u>2.086</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(80.822)</u>	<u>(29.150)</u>	<u>(64.866)</u>	<u>(23.483)</u>
Alíquota efetiva	<u>22%</u>	<u>8%</u>	<u>20%</u>	<u>7%</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2011 e 2010, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	<hr/> 100,00 <hr/>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 29 de abril de 2011 e 26 de abril de 2010, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 11.829 e R\$ 77.336, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação
patrimonial e lucros acumulados**

São compostos como segue:

	Reservas de lucros					Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	
Em 31 de dezembro de 2009	43.026	253.581	53.843	350.450	1.237	
Lucro líquido do exercício						230.043
Reserva legal	11.502			11.502		(11.502)
Perda atuarial de fundo de pensão						(21.700)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						7.379
Aumento de capital		(77.336)		(77.336)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2009			(53.843)	(53.843)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(29.648)
Dividendos propostos a aprovar			54.220	54.220		(54.220)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(14.321)	14.321
Reserva para investimentos futuros						
Efeito de mudança de prática contábil		86.866		86.866		(86.866)
Destinado a projeto de expansão		47.807		47.807		(47.807)
Em 31 de dezembro de 2010	54.528	310.918	54.220	419.666	(13.084)	
Lucro líquido do período						251.667
Reserva legal	12.584			12.584		(12.584)
Perda atuarial de fundo de pensão						(28.190)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão						7.869
Aumento de capital		(11.830)		(11.830)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2010			(54.220)	(54.220)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório						(42.566)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório						(17.205)
Dividendos propostos a aprovar			179.312	179.312		(179.312)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial					(20.321)	20.321
Em 31 de dezembro de 2011	67.112	299.088	179.312	545.512	(33.405)	-

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

No ano de 2010 foi constituída reserva de expansão no valor de R\$ 47,8 milhões, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões dos quais de R\$ 56,8 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 45,5 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, no ano de 2011 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos (*)	251.667	230.043
Constituição da reserva legal	(12.584)	(11.502)
Ajustes acumulados de mudanças de práticas (*)		(99.949)
Base de cálculo dos dividendos	<u>239.083</u>	<u>118.592</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>59.771</u>	<u>29.648</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	42.566	29.648
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	17.205	
Dividendos - parcela adicional proposta pela administração	<u>179.312</u>	<u>54.220</u>
Total	<u>239.083</u>	<u>83.868</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>100,00</u>	<u>70,72</u>

(*) Em 2010, foi procedido o reconhecimento, para fins de cálculo dos dividendos, dos efeitos acumulados das mudanças de práticas incluindo ajuste de exercícios anteriores, referentes ao ano de 2009, uma vez que, naquele exercício, a Companhia não tinha conhecimento dos seus efeitos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2010 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$5.821 (R\$ 5.336 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, correspondentes a R\$ 3,453 por lote de mil ações, totalizando R\$ 179.312, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2012. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 54.220, representado por R\$ 1,044 por ação do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 53.843, representado por R\$ 1,037 por ação do capital social.

24 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2011, superávit acumulado de R\$ 59.647 (R\$ 78.548 em 31 de dezembro de 2010) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	85	99
Inativos	<u>1.077</u>	<u>1.073</u>
	<u>1.162</u>	<u>1.172</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

**(i) Complementação de Aposentadoria
tipo Benefício Definido (Plano BD)**

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fundo de pensão (Gasius)	1.941	3.187
Assistência médica	<u>3.237</u>	<u>2.480</u>
	<u>5.178</u>	<u>5.667</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Plano de benefícios - GASIUS	41.651	49.695
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.870	5.540
Prêmio aposentadoria	1.695	1.554
Assistência médica para aposentados	<u>99.866</u>	<u>70.697</u>
	149.082	127.486
Circulante	<u>(11.054)</u>	<u>(9.610)</u>
Não circulante	<u>138.028</u>	<u>117.876</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em 1º de janeiro	127.486	113.932
Custo do serviço corrente	1.226	(335)
Juros sobre obrigações atuariais	7.941	29.375
Rendimento esperado dos ativos do plano		(26.216)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	23.944	21.700
Benefícios pagos	(1.010)	(791)
Contribuições de patrocinadores	(4.067)	(5.667)
Pagamentos confissão de dívida	(9.970)	(9.350)
Juros confissão de dívida	<u>3.532</u>	<u>4.838</u>
Em 31 de dezembro	<u>149.082</u>	<u>127.486</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2009	229.627	5.789	2.220	53.316
Custo do serviço corrente	(859)		47	477
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466
Contribuições participantes	1.889			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	45.668	(22)	(946)	13.918
Benefícios pagos	<u>(20.675)</u>	<u>(791)</u>		<u>(2.480)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	278.762	5.540	1.554	70.697
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172
Juros sobre obrigações atuariais	28.857	559	155	8.827
Contribuições participantes	2.054			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	17.854	566	147	23.237
Benefícios pagos	<u>(22.016)</u>	<u>(795)</u>	<u>(215)</u>	<u>(4.067)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>304.889</u>	<u>5.870</u>	<u>1.695</u>	<u>99.866</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2009	248.785	
Rendimento esperado	26.216	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	17.760	
Contribuições da patrocinadora	3.187	2.480
Contribuições dos participantes	1.889	
Benefícios pagos	<u>(20.675)</u>	<u>(2.480)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	277.162	
Rendimento esperado	31.211	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(2.496)	
Contribuições da patrocinadora	11.883	4.067
Contribuições dos participantes	2.053	
Benefícios pagos	<u>(22.016)</u>	<u>(4.067)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>297.797</u>	

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	166.453
Fundos de investimento de renda fixa	54.916
Títulos privados	8.977
	<u>230.346</u>
Títulos de renda variável	45.043
Investimento imobiliário	16.621
Outros ativos	676
	<u>292.686</u>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	304.889	278.762
Valor justo dos ativos do plano	(297.797)	(277.162)
	<u>7.092</u>	<u>1.600</u>
Déficit (superávit)	7.092	1.600
Limite assunção de dívida (*)	(7.092)	(1.600)
Assunção de dívida GASIUS	<u>41.651</u>	<u>49.695</u>
Passivo líquido	<u>41.651</u>	<u>49.695</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>5.870</u>	<u>5.540</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>1.695</u>	<u>1.554</u>
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>99.866</u>	<u>70.697</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2010				
	Plano de benefícios GASIU	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(859)		47	477	(335)
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466	29.375
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.216)				(26.216)
	<u>(3.963)</u>	<u>564</u>	<u>280</u>	<u>5.943</u>	<u>2.824</u>
Resultado abrangente	<u>8.750</u>	<u>(22)</u>	<u>(946)</u>	<u>13.918</u>	<u>21.700</u>
	2011				
	Plano de benefícios GASIU	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(622)		54	1.172	604
Juros sobre obrigações atuariais	(978)	559	155	8.827	8.563
	<u>(1.600)</u>	<u>559</u>	<u>209</u>	<u>9.999</u>	<u>9.167</u>
Resultado abrangente	<u>5.046</u>	<u>476</u>	<u>262</u>	<u>22.406</u>	<u>28.190</u>

Em 2011, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 9.167 (R\$ 2.824 em 2010). Deste valor, um total de R\$ 4.272 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 6.457 em 2010), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 4.895 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 3.633 em 2010).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 seria impactado em R\$ 13.143 (R\$ 35.800 em 31 de dezembro de 2010).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	6,9% a.a.
Crescimentos salariais futuros	2,1%a.a.
Inflação	
	5,5.a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

25 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tributárias	9.366	14.112
Trabalhistas	33.422	36.612
Cíveis	<u>14.727</u>	<u>16.202</u>
	<u>57.515</u>	<u>66.926</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	66.926
Adições	13.740
Baixas/reversões	(29.497)
Atualizações monetárias	<u>6.346</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>57.515</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, à CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.551 (R\$ 6.807 em 31 de dezembro de 2010) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 15(c)).

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Esfera		
Estadual	1.717	2.765
Federal	<u>7.649</u>	<u>11.347</u>
	<u>9.366</u>	<u>14.112</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis e prováveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 43.994 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 67.246 em 31 de dezembro de 2010).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 11.183 (R\$ 10.337 em 31 de dezembro de 2010).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 6.805 (R\$ 6.472 em 31 de dezembro de 2010).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 9.460 (R\$ 8.938 em 31 de dezembro de 2010).

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2011, seria de R\$ 341.638 (R\$ 325.096 em 31 de dezembro de 2010) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, está registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 21) e o respectivo ativo, no montante de R\$ 17.242 em 31 de dezembro de 2011, relativo aos valores recolhidos a maior está registrado na conta "Tributos a Recuperar" (Nota 10), atualizados com base na variação da Taxa Referencial de Juros - TR.

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	197	235
Ex-empregados terceiros	1.651	1.467
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>32</u>	<u>32</u>
	<u>1.880</u>	<u>1.734</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas diminuiu de R\$ 36.612 de dezembro de 2010 para R\$ 33.422 em 31 de dezembro de 2011 (decréscimo de 8,71%). Esta diminuição deve-se a reavaliação de processos e mudança de risco.

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ex-empregados CEG	7.633	9.916
Ex-empregados terceiros	<u>25.789</u>	<u>26.696</u>
	<u>33.422</u>	<u>36.612</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 53.462 (R\$ 25.358 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (c) Contingências cíveis**

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.039, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável que não apresentam individualmente relevância, estas montam o valor de R\$ 11.688.

26 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termoeletrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

	Margem por segmento 2011							
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	Total
Volumes m ³ mil (Não auditada)	114.943	83.505	778.946	645.562	796.230			2.419.186
Receita Bruta	527.492	237.002	807.747	293.383	832.264	88.765	32.055	2.818.708
Deduções	(112.697)	(49.667)	(165.970)	(1.485)	(180.132)		(4.704)	(514.655)
Receita Líquida	414.795	187.335	641.777	291.898	652.132	88.765	27.351	2.304.053
Custo	(65.282)	(50.943)	(504.442)	(256.879)	(550.552)	(88.765)	(6.819)	(1.523.682)
Resultado Bruto	349.513	136.392	137.335	35.019	101.580		20.532	780.371
Despesas/Receitas Operacionais								(418.732)
Resultado antes da Tributação								361.639
Provisão p/IR e Contribuição social								(109.972)
Lucro líquido do exercício								251.667

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por segmento 2010							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas (*)	
Volumes m ³ mil (Não revisado)	110.264	77.471	778.688	1.354.167	800.734			3.121.324
Receita Bruta	444.711	198.954	759.407	467.493	783.073	58.146	21.922	2.733.706
Deduções	(95.827)	(42.381)	(157.030)	(2.329)	(169.472)		(3.022)	(470.061)
Receita Líquida	348.884	156.573	602.377	465.164	613.601	58.146	18.900	2.263.645
Custo	(53.175)	(40.617)	(480.197)	(421.289)	(531.679)	(58.146)	(3.908)	(1.589.011)
Resultado Bruto	295.709	115.956	122.180	43.875	81.922		14.992	674.634
Despesas/Receitas Operacionais								(356.242)
Resultado antes da Tributação								318.392
Provisão p/IR e Contribuição social								(88.349)
Lucro líquido do exercício								230.043

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Receitas de serviços	23.254	18.781
Receitas de serviços taxados	2.429	2.688
Receita de alugueis	397	453
Receita de MRV (Nota 27.2)	5.975	
	<u>32.055</u>	<u>21.922</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

27 Compromissos e contingências

27.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Este CONTRATO garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 5,33 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa a ser incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 6,55 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

or Pay no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Em 9 de setembro de 2011 foi celebrado o termo aditivo nº 7 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2016; (ii) redução das quantidades diárias contratuais - QDC's para o período de prorrogação; (iii) extinção da modalidade Firme-Flexível.

Desta forma, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de Take or Pay, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contrapartida a PETROBRAS estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com Take or Pay de 80%. Embora os valores pagos a título de Take or Pay possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação, não há previsão de pagamento de TOP para o ano de 2011.

27.2 Realocação de volumes

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores (MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados respectivamente e nessa ordem: para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o de GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

27.3 Compromisso com Poder Concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, a Agência Reguladora deliberou a implementação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia em 2007, prevendo o prazo de conclusão até 2012, tendo sido apresentado pela Companhia, em novembro de 2009, um "Estudo Básico de Expansão de Rede".

O município de Guapimirim já está sendo atendido com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento do compromisso assumido em 2004. Não obstante, encontra-se em estudo a expansão do atual abastecimento, através de rede em MP/BP (Média Pressão/Baixa Pressão), estando prevista sua execução até o final de 2012, além disso, está sendo avaliada a ampliação do sistema de distribuição através de GNC (Gás Natural Comprimido), nos termos do "Estudo Básico de Expansão de Rede" enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009.

No que se refere aos Municípios de Mangaratiba e Maricá, incluídos no Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 2005, nos termos do "Estudo Básico de Expansão de Rede" enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009, encontra-se em estudo o abastecimento do Município de Mangaratiba através de GNC (Gás Natural Comprimido), com previsão de finalização até o final do ano de 2012 e com relação ao município de Maricá, ainda encontra-se em estudo o abastecimento através de rede de PE (Polietileno) em média pressão, que não chegou a ser concluído no ano de 2011, sendo certo que o Município já vem sendo atendido através de GNC (Gás Natural Comprimido).

27.4 Revisão tarifária - ativo regulatório

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 30 de abril de 2009, foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 5ª Sessão Regulatória ano 2009, na AGENERSA, quando, através da Deliberação AGENERSA nº 371, foi deliberado um incremento de 11,32% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres. Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade, razão pela qual este pleito foi assunto de recurso. Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado a medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.5 Termo de compromisso

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

27.6 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

28 Serviços e outros gastos gerais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços de manutenção	19.081	16.653
Serviço de profissionais independentes e contratados	78.542	79.360
Gastos gerais de escritório	2.968	2.846
Viagens e estadas	3.107	1.578
Aluguéis	2.143	1.791
Propaganda e publicidade	9.455	5.696
Despesas empresas do grupo	8.742	7.787
Perdas e recuperação de créditos	11.688	7.086
Provisões (reversões de provisões)	<u>(15.319)</u>	<u>14.556</u>
	<u>120.407</u>	<u>137.353</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras despesas (receitas) líquidas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ganho na venda de equipamentos	9	103
Impostos e taxas	(16.456)	(13.738)
Ganhos na alienação de intangível	(285)	8.409
Ganho processo CEDAE (Nota 13 (i))		58.000
Indenização a terceiros	(9.397)	(6.612)
Despesa com impostos	(4.846)	(2.232)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(3.373)</u>	<u>4.507</u>
	<u>(34.348)</u>	<u>48.437</u>

30 Resultado financeiro

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	5.421	3.048
Atualizações monetárias e cambiais ativas	7.805	7.718
Receita de juros e encargos	17.757	7.298
Outras receitas financeiras	<u>1.921</u>	<u>1.516</u>
	<u>32.904</u>	<u>19.580</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(509)	(459)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(70.415)	(72.339)
IOF	(1.988)	(3.107)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(9.099)	(11.157)
Fiança bancária	(15.313)	(10.953)
Outras despesas financeiras	<u>(3.166)</u>	<u>(3.825)</u>
	<u>(100.490)</u>	<u>(101.840)</u>
	<u>(67.586)</u>	<u>(82.260)</u>

31 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vincendos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

32 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	333.800
Responsabilidade civil geral (*)	169.900
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	3.708

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

* * *